



DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 9 de outubro de 2025.

Edição 4510 | Páginas: 13

9ª LEGISLATURA | 3ª SESSÃO LEGISLATIVA | 68º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

SOLDADO SAMPAIO
PRESIDENTE

JORGE EVERTON
1º VICE-PRESIDENTE

CHICO MOZART
2º VICE-PRESIDENTE

EDER LOURINHO
3º VICE-PRESIDENTE

RENATO SILVA
1º SECRETÁRIO

AURELINA MEDEIROS
2ª SECRETÁRIA

RÁRISON BARBOSA
3º SECRETÁRIO

MARCINHO BELOTA
4º SECRETÁRIO

ISAMAR JÚNIOR
OUVIDOR-GERAL

Dr. CLÁUDIO CIRURGIÃO
CORREGEDOR GERAL

JOILMA TEODORA
SECRETÁRIA ESPECIAL DA MULHER

Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputado Marcos Jorge – Presidente;
- b) Deputado Dr. Claudio Cirurgião – Vice-Presidente;
- c) Deputado Isamar Júnior;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Rárisson Barbosa;
- f) Deputado Coronel Chagas;
- g) Deputado Armando Neto.

II - Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputada Aurelina Medeiros – Presidente;
- b) Deputado Soldado Sampaio – Vice-Presidente;
- c) Deputado Coronel Chagas;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Dr. Claudio Cirurgião.

III - Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Rárisson Barbosa – Presidente;
- b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jorge Everton;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Lucas Souza.

IV - Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
- b) Deputada Angela Águia Portella – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dr. Claudio Cirurgião;
- d) Deputado Marcos Jorge;
- e) Deputado Isamar Júnior;
- f) Deputada Aurelina Medeiros;
- g) Deputado Dr. Meton.

V - Comissão de Juventude, Cultura e Turismo:

- a) Deputado Lucas Souza – Presidente;
- b) Deputada Catarina Guerra – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Dr. Meton;
- e) Deputada Tayla Peres.

VI - Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputado Dr. Claudio Cirurgião – Presidente;
- b) Deputado Neto Loureiro – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputado Renato Silva;
- e) Deputado Dr. Meton;
- f) Deputado Gabriel Picanço;
- g) Deputado Marcinho Belota.

VII - Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputado Jorge Everton – Presidente;
- b) Deputado Armando Neto – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcinho Belota;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Neto Loureiro;
- f) Deputado Renato Silva;
- g) Deputado Marcos Jorge.

VIII - Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Renato Silva – Presidente;
- b) Deputado Soldado Sampaio – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jorge Everton;
- d) Deputado Neto Loureiro;
- e) Deputado Armando Neto.

IX - Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
- b) Deputado Lucas Souza – Vice-Presidente;
- c) Deputado Neto Loureiro;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputada Catarina Guerra.

X - Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura e Política Rural:

- a) Deputado Armando Neto – Presidente;
- b) Deputado Gabriel Picanço – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Eder Lourinho.

XI - Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Odilon – Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Isamar Júnior;
- e) Deputado Eder Lourinho.

XII - Comissão dos Povos Originários e Tradicionais:

- a) Deputado Dr. Meton – Presidente;
- b) Deputado Lucas Souza – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputado Armando Neto;
- e) Deputado Odilon.

XIII - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
- b) Deputada Joilma Teodora – Vice-Presidente;
- c) Deputado Rárisson Barbosa;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Armando Neto.

XIV - Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio e Serviços:

- a) Deputado Gabriel Picanço – Presidente;
- b) Deputado Idázio da Perfil – Vice-Presidente;
- c) Deputado Odilon;
- d) Deputada Angela Águia Portella;
- e) Deputada Catarina Guerra.

XV - Comissão de Relações Internacionais, de Ciência, Tecnologia e Inovação:

- a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
- b) Deputado Marcinho Belota – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcos Jorge;
- d) Deputado Jorge Everton;
- e) Deputado Idázio da Perfil.

XVI - Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputada Catarina Guerra – Presidente;
- b) Deputado Dr. Meton – Vice-Presidente;
- c) Deputado Renato Silva;
- d) Deputado Rárisson Barbosa;
- e) Deputada Angela Águia Portella.

XVII - Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e de Ação Social:

- a) Deputada Joilma Teodora – Presidente;
- b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
- c) Deputada Catarina Guerra;
- d) Deputada Angela Águia Portella;
- e) Deputada Tayla Peres.

XVIII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputado Isamar Júnior – Presidente;
- b) Deputada Catarina Guerra – Vice-Presidente;
- c) Deputado Lucas Souza;
- d) Deputada Tayla Peres;
- e) Deputado Odilon.

XIX - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputada Angela Águia Portella – Presidente;
- b) Deputado Isamar Júnior – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dr. Meton;
- d) Deputado Marcinho Belota;
- e) Deputado Lucas Souza.

XX - Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
- b) Deputado Marcos Jorge – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dr. Claudio Cirurgião;
- d) Deputado Marcinho Belota;
- e) Deputado Renato Silva;
- f) Deputada Eder Lourinho – 1º Suplente;
- g) Deputado Gabriel Picanço – 2º Suplente.

XXI - Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:

- a) Deputado Marcinho Belota – Presidente;
- b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
- c) Deputada Angela Águia Portella;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Rárisson Barbosa.

XXII - Comissão de Minas e Energia:

- a) Deputado Idázio da Perfil – Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Eder Lourinho;
- e) Deputado Odilon.

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa

- Atas da Comissão Especial - Ato da Presidência nº 012/2024 02

Superintendência Administrativa

- Plano de Contratações Anual - PCA 2025 11

Superintendência de Gestão de Pessoas

- Errata da Resolução nº 7582/2025 13

- Resoluções nº 8095 e 8096/2025 13

Superintendência de Compras

- Errata do Pregão Eletrônico nº 002/2025 13

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

Email: docgeralale@gmail.com

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA

Gerência de Documentação Administrativa

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Núcleo de Produção do Diário Oficial

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Administrativa, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira, até as 15h30, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete e de secretaria, bem como dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, assim como o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

ATAS

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL,
 CRIADA NOS TERMOS DO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 012/2024,
 EM 12 DE MAIO DE 2025**
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GABRIEL PICANÇO**

Às quinze horas do dia doze de maio de dois mil e vinte e cinco, na Sala de Reuniões do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, nesta Casa Legislativa, deu-se a Reunião da Comissão Especial, conforme o Ato da Presidência n.º 012/2024, criada para tratar acerca do concurso da Polícia Civil do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Solicito à senhora secretária desta comissão que proceda à verificação de quórum regimental.

A Senhora Secretária **Josiane Daubermann** – Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberto os trabalhos desta Comissão Especial.

Solicito à senhora secretária desta comissão que proceda à leitura da ata da reunião anterior.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Senhor presidente, gostaria de pedir a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior, por já ser de conhecimento dos demais colegas.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Acato o requerimento do deputado Renato Silva. Coloco a ata em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam com a ata, permaneçam como estão. Aprovada.

Esta reunião tem por objetivo discutir com os representantes da Comissão Permanente sobre a nomeação e posse da segunda turma dos concursados do concurso da Polícia Civil do Estado de Roraima. Na oportunidade, foram convidados para a discussão, os senhores Francisco Flamarion Portela, secretário-chefe da Casa Civil do Governo do Estado de Roraima; Dr. Tyrone Mourão Pereira, procurador-geral do Estado de Roraima; Coronel Manuel Suedi Freitas, secretário do Estado da Fazenda; Dr. Oleno Inácio de Matos, defensor público-geral do Estado de Roraima; Dra. Darlinda de Moura Viana, delegada-geral da Polícia Civil do Estado de Roraima, o representante dos candidatos do concurso da Polícia Civil do Estado de Roraima e o secretário de Planejamento do Estado de Roraima.

Dando continuidade, passo a palavra a quem queira se manifestar.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Presidente, me permito.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Sim, delegado.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Quero cumprimentar Vossa Excelência, o deputado Renato, em nome do Flamarion, todas às autoridades aqui e os candidatos aprovados.

Presidente, veja só, antes de iniciar a discussão, que para mim não tem nem o que discutir, porque foi decidido na reunião ano passado. O secretário de Planejamento trouxe a informação que silenciou o grupo, no qual, foi até comemorado por esse grupo aqui, dizendo que o governador tem autorizado a alocar o recurso no orçamento. Foi muito gratificante saber a intenção de resolver o problema, mas até agora nós não vimos nenhuma sinalização para a convocação e para os próximos passos.

E tem algo novo que eu quero trazer e é importante que o meu eterno governador Flamarion esteja aqui presente, que graças a ele, nós iniciamos a Polícia Civil, pela coragem desse homem de ter feito um concurso público.

Eu quero deixar meu respeito ao seu ato, a sua postura e, dizer que graças ao Flamarion teve o concurso. Com a lei da aposentadoria daqui a quatro anos, 100% da Polícia Civil de 2004 estará aposentada, não estamos falando de metade não, é de 100%.

E, com a decisão recente do STF, que diminuiu o tempo de aposentadoria em três anos para as mulheres, isso quer dizer que janeiro, fevereiro do próximo ano, 30% do efetivo da Polícia Civil aposentará. Então, 30% da Polícia Civil, que já está pequena, vai aposentar em fevereiro, porque houve uma decisão e decisão judicial não se discute, a decisão final do STF. Se faz necessário, não só a convocação deles, a convocação deles não vai nem fazer diferença no pequeno efetivo que já tem a Polícia Civil.

Nós precisamos pensar na quebra do interstício, no caso para os delegados que tem interstício, para haver vaga a um novo concurso, porque senão, vai colapsar a Polícia Civil. Um concurso público, se ele for normal, ele vai durar de dois a três anos.

Está aqui o Jimmy, o Luciano, a Darlinda. Quero registrar a presença do deputado Rárisson, que chegou. Então, vai demorar de dois a

três anos para iniciar um novo concurso. E, se tudo der certo, não tem como fazer o concurso, porque não há vaga, então daqui a quatro anos, 100% dos delegados estarão aposentados e vai fazer o quê? Hoje, temos quantos delegados novos? 47? Pronto, para tomar conta do estado todo. Voltará a uma realidade que não queremos, que é atrasar investigações, aumentar a criminalidade no estado.

Não há motivos para não resolver logo essa situação de uma vez por todas e precisamos debater a quebra do interstício para um novo concurso. Isso é urgente, ou se for o caso, fazer concurso sem vaga e ir criando um cadastro de reserva. Eu nem sei se isso é possível, se ainda é permitido fazer concurso apenas para cadastro de reserva, não sei, mas acho que o mais viável é a gente quebrar o interstício da classe inicial e já convocar um concurso mínimo para o cargo de delegado e um complementar dos agentes, escrivães e demais categorias. Eu gostaria de deixar registrado isso, é preocupante sim, e nós precisamos tomar medidas urgentes. Era essa a minha fala inicial.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Com a palavra o deputado Rárison, por favor.

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** – Boa tarde a todos. Somente, me desculpar, senhor presidente, pela minha demora, eu estava em outra reunião importante também. Gostaria de dar uma boa tarde aqui a todos os meninos. Já conversamos muito com eles, pois eles têm frequentado muito o nosso gabinete na Assembleia. E é ir atrás desse sonho, atrás dessa justiça de que eles possam compor os quadros da Polícia Civil.

A delegada-geral Darlinda e os delegados aqui presentes sabem da necessidade, o governo também entende que há necessidade. Tanto é verdade, que no ano passado nós conseguimos reunir aqui e a força dessa comissão trouxe dez milhões de reais dentro do orçamento, onde o Rafael estava presente aqui, não é Rafael? Existe uma querência, eu não tenho dúvida, acho que falta nós concluirmos, não é?

Muitas coisas foram feitas do concurso da Polícia Civil até os dias de hoje, edital sendo reformulado, 202 policiais já foram nomeados, já estão trabalhando, mas a Polícia Civil precisa de mais. Nós vemos que o governo tem inaugurado novas delegacias, o IML também está para ser inaugurado lá em Rorainópolis. A reforma do nosso IML aqui, não ficará pequeno, ficará maior, as delegacias já estão com o efetivo bem reduzido. Eu falo isso, delegada, porque eu tenho andado no interior, nós chegamos em uma delegacia que tem um policial, no máximo dois para tocar o serviço.

O delegado Jorge que é da Polícia Civil conhece a realidade e o nosso trabalho aqui, enquanto parlamentar, enquanto Assembleia Legislativa, tem sido feito com excelência, não é? Nós trouxemos para cá, para a nossa responsabilidade isso, mostramos para o governo que é necessário e ele já entendeu por que colocou o dinheiro. Agora, precisamos chegar em um denominador comum para que nós possamos chamar esses meninos, o quanto antes.

Novamente, queria registrar aqui o nosso compromisso, enquanto deputado, enquanto Assembleia, para que possamos ser esse intermediador, mais uma vez, e vocês possam ser nomeados, o quanto antes. Certo, pessoal?

Fica aqui a minha gratidão a essa comissão que tem trabalhado muito, delegada Darlinda e todos os outros delegados, secretários, que têm atendido o nosso chamado. Quando nós marcamos a reunião, veio um representante do governo, o homem do dinheiro que está aqui na nossa frente. A engrenagem está montada, precisa agora nós rodarmos essa engrenagem, está certo? Era isso. Obrigado, senhor presidente. Uma boa tarde. Que nós saíamos daqui com muita fé em Deus, que isso será resolvido, o quanto antes.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Obrigado, deputado Rárison. Mais alguém? Renato?

O Senhor Relator **Renato Silva** – Não, presidente. Eu quero ouvir mesmo a Dra. Darlinda e o Flamarion. Já discutimos o que tínhamos para discutir.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Flamarion, como chefe da Casa Civil, a palavra está com Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** – Senhor presidente?

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Sim.

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** – Só pedir que posterior, o colega Guilherme Vieira, pediu para ter a palavra também. Está certo? Obrigado.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Está bom.

O Senhor **Flamarion Portela** – Senhor presidente, senhoras, desculpem – não tem nenhuma deputada aqui presente – senhores deputados, e, também os nossos amigos concursados. Cumprimento a doutora Darlinda, o Luciano e Rafael. Dizer da alegria, satisfação em estar aqui, mais uma vez neste Poder, por quem nós nutrimos sempre, historicamente, um profundo respeito.

Eu lamento gente, que, mais uma vez, deputado Jorge Everton, como dizia meu avô sobre uma coisa repetitiva “o mesmo lenga, lenga”. Eu vou passar aqui para os senhores depois, por favor, secretário da comissão... passe para os deputados e para os outros e me dê só uma cópia. Obrigado.

Esses daqui, são dados oficiais de que vocês têm aqui uma pessoa muito competente. A Emilcy é uma das pessoas mais tarimbadas em orçamento deste estado. Os senhores podem pedir para ela fazer uma pesquisa.

Observando aqui, ainda não conclusivamente, que a previsibilidade é que seja concluído no dia de hoje, os dados do primeiro quadrimestre do exercício de 2025, onde o estado está com 46,77%, ainda, da relação receita corrente líquida e despesa com pessoal.

Segundo os nossos juristas da Procuradoria, bem como o Rafael, que também é um estudioso, tem dito que, enquanto nós não atingirmos o limite prudencial de 46,55%, que representa 95% da despesa corrente máxima com pessoal do Poder Executivo, nós não temos como chamar novos concursados. Por isso, eu digo que é uma história que tem se repetido, porque está completando um ano, não é isso Rafael?

Nós tivemos um número mais elevado, depois reduzimos, mas não nos enquadramos abaixo dos 46,55%. E, o que é que significa? Eu sou testemunha, a Doutora Darlinda tem buscado a todo custo, chamar esses novos concursados, diante desse novo grupo de concursados, desculpe, diante da necessidade premente que a Polícia Civil sofre com a perspectiva de uma avalanche de aposentadorias, que também estão para se concretizar. Feito isso, ela leva para o governador, pleiteando para consolidar esse chamamento, o mais rápido possível. Sempre o argumento é esse, que nós ainda não estamos enquadrados.

E, vem a seguinte questão, mas foi previsto, estimado no orçamento, dez milhões para esse fim? Perfeito. Existe no orçamento, entretanto, vocês sabem pela experiência parlamentar que na ementa de qualquer orçamento que seja, de uma prefeitura de um pequeno município, da União, lá está escrito fixa despesa e estima receita, na qual, ela continua estimada. O Rafael explicará isso para os senhores, em relação à LOA 2025, hoje, podem pesquisar, isso é público.

Nós estamos tendo uma frustração em relação à receita, pois ela está menor do que foi estimado na Lei Orçamentária Anual para o exercício 2025. E, é sempre esse óbice que esbarra a consolidação da efetivação da posse dessas pessoas que aqui estão representadas.

Eu queria fazer essa observação e dizer também, de forma muito cristalina, a Assembleia tem um papel importante de construir um caminho junto ao governador para politicamente, encontrar uma saída para isso. Nós sabemos que vai ter que chamar, não tenho dúvida disso, agora, fica aqui a seguinte pergunta: vamos chamar daqui a um mês, daqui a dois, daqui a seis? Essa é a questão que nós temos que construir juntos.

Se me permite, senhor presidente, eu passaria para Doutora Darlinda até acrescentar alguma coisa nessa questão do que nós temos hoje, da perspectiva de aposentadoria e o que vamos ter em seguida disso. E também o Rafael, só para mostrar essa frustração, para dizer que não está tendo má vontade e nem os secretários estão defendendo. Estão sim, mas sempre o governador argumenta o não enquadramento, conforme eu passei aqui para os senhores. Se for permitido passar a palavra para a Dra. Darlinda.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Está permitido Flamarion. Com a palavra, Dra. Darlinda.

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – Boa tarde a todos! Meus cumprimentos ao presidente, a todos os deputados, na pessoa do meu amigo querido, Jorge Everton, o secretário Flamarion, secretário Rafael Fraiha, meu respeito e meus cumprimentos.

Eu não tenho mais o que acrescentar, apesar do pedido do meu eterno também governador Flamarion Portela, porque tudo já foi dito pelo meu colega Jorge Everton, também pelo próprio Flamarion.

Nós temos uma avalanche, já está acontecendo na polícia civil, do início do concurso para cá, nós já temos mais ou menos 90 aposentados e está se avizinhandos mais aposentadorias até o final do ano. Como bem disse também, o deputado Jorge Everton, em fevereiro, se efetivamente aceitarmos o fato de que as mulheres têm 3 anos a menos, na hipótese de aposentadoria, então, tenho 30% do nosso efetivo, hoje, aposentando em fevereiro. Isso para nós é catastrófico, a Polícia Civil volta a números alarmantes. E, antes de nós fazermos o concurso, voltará a mesma querência, as mesmas críticas, em relação à Polícia Civil, de que ela não dá conta da investigação, na qual, causam injustiças sociais em razão da distância entre o fato e a finalização da investigação para uma condenação. Causa-me muito constrangimento porque não é culpa da instituição, Polícia Civil, ela vem diminuindo, ao longo dos tempos, de um concurso para outro, passaram duas gerações, são 20 anos para cada concurso. E, como integrante da Polícia Civil, me causa muita tristeza.

O Flamarion, secretário atualmente, e ex-governador, foi corajosíssimo, além de todas as medidas, inclusive no número oficial de concursados, ele foi extremamente valente.

Naquela época, nós fizemos um concurso para mil e duzentas pessoas, o concurso, 20 anos depois, foi para 200 pessoas. Vocês sabem o número de cargos vagos na Polícia Civil para preencher, 20 anos depois, com o mesmo número de cargos, do início de 2004.

Então, não avançamos nem no número de vagas e nem em número de cargos para completar o preenchimento e completar a efetivação e eficiência da Polícia Civil. Não temos muito o que argumentar, nesse sentido.

Faço das minhas palavras as do Flamarion, nós estamos aqui repetindo as mesmas coisas, já sabemos os dados, temos conhecimento de tudo que é necessário, mas é uma decisão política. A medida em que a decisão política seja tomada, nós faremos todos os esforços possíveis para colocar todo o cadastro de reserva para dentro.

Vou pedir autorização para o Flamarion, que hoje pela manhã, tivemos uma reunião. Eu falei exatamente isso que vou repetir para vocês, não é só necessidade de servidores, eu preciso concluir esse concurso. Por que eu preciso concluir esse concurso? Nós temos que fazer um novo concurso adequando à nova realidade com a Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil. Nós teremos somente três cargos, não teremos mais 10 cargos.

Para isso, é preciso começarmos a trabalhar a nova estrutura da Polícia Civil, eu preciso encerrar esse concurso. Enquanto o cadastro de reserva estiver ativo e não tiver sido chamado, esse concurso não encerra, no qual está sendo uma âncora para nós e não conseguimos avançar. É isso, não há muito o que dizer, espero que consigamos avançar, politicamente.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Obrigado, Dra. Darlinda. Passo a palavra ao delegado e deputado Jorge Everton.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Presidente, veja só, nós temos duas situações. Entendemos a questão que foi apresentada pelo Flamarion de receita do estado, mas, semana passada o governador encaminhou para esta Casa as duas secretarias extraordinárias, prorrogação das secretarias extraordinárias com vários cargos nas secretarias. Então, isso não foi motivo para deixar de aprovar, nós aprovamos aqui, eu inclusive, votei favorável porque os deputados entraram no entendimento que era interessante para o estado. Mas, se o governo tem a capacidade de renovar a contratação de servidores comissionados, por que não os novos concursados? Isso é um ponto. O outro ponto é que eles ainda têm que fazer a academia, isso demora de 3 a 4 meses para concluir.

Se estamos falando que vai ter, só não sabe se é daqui a um mês, dois, três ou quatro. Não há motivo para não ter a convocação para a academia, que não quer dizer que eles estão nomeados. Se tem previsão orçamentária, tem previsão orçamentária para a academia, não tem essa desculpa.

Eu acredito que quando fosse discutir a nomeação deles, teremos que analisar os números do estado, se não der realmente e não tiver previsão nenhuma legal, se violar a lei de responsabilidade, é lógico, que o governador não vai fazer, mas pode ficar para o próximo ano, que eu espero que não aconteça isso.

E eu volto a falar, em fevereiro vai parar a Polícia Civil. Não adianta, porque para os senhores entenderem a importância de ter efetivo, eu não falo nem mais investigação, porque já está até difícil fazer investigação, não sei como é que eles estão conseguindo se destacar, porque tenho acompanhado a imprensa com várias operações. Vocês estão de parabéns. Acredito que trazendo policiais do interior, montando força-tarefa para conseguir dar conta, mas não estou nem falando nisso. Eu vou dar um exemplo: final de semana, domingo vai ao 5º DP, fiquem lá no 5º DP, você verá as viaturas chegando. Para nós, que já estamos acostumados, tudo bem, mas para quem não é acostumado, arrepia e vai empilhando, porque uma viatura da PM prende e leva para a delegacia, tem que esperar fazer o procedimento e a equipe fica lá. Vem a segunda viatura da PM, a terceira, quarta, daqui a pouco, as viaturas que estavam fazendo a operação de rua estão parada no 5º DP, onde é o lugar mais seguro do planeta. E a rua, as nossas casas, as pessoas do estado e a sociedade como é que fica? Isso é sério, então, vamos extinguir as secretarias extraordinárias para melhorar esses números. Eu acho que nós temos que ter responsabilidade com o estado de uma forma integral. É importante levar com seriedade essa questão da Polícia Civil. Parece que tem uma cabeça de burro enterrado na Polícia Civil, onde as coisas não andam. O concurso da PM e da Polícia Penal andaram, da Civil não anda, não há um interesse e quem perde é a sociedade.

Então, nós podemos programar a academia para os próximos meses, já fazer uma convocação, tenho toda a documentação e todo o preparo para que a delegada-geral adote as providências da academia, no

próximo mês, no início de julho ou marcar já academia para agosto. Tem que ter uma data, tem que ter uma convocação, aí eles vão fazer a academia.

O Senhor Relator **Renato Silva** – É quanto tempo de academia?

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Três meses, quatro meses de academia. E, final do ano teremos uma previsão, podemos pensar em sentar com os deputados, alocar uma emenda, pensar em uma viabilidade ou se os números não derem, daqui para lá, nós não sabemos o que vai acontecer, pode melhorar a arrecadação, e esses números diminuir.

Agora, eu acho muito irresponsável a Assembleia aprovar uma lei, prorrogando secretarias, a pedido do governo, que chega ao impacto, o percentual de caixa com pessoal. A Seplan fez, não fez? Há duas semanas tinha, agora não tem mais, entendeu? Se já está no limite por que não extinguiu? É postura de governo, é decisão política.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Obrigado, deputado Jorge, deputado Renato, no microfone, por favor.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Quanto é o custo dessa academia?

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – 800 mil.

O Senhor **Flamarion Portela** – Deixa eu perguntar ao Jimmy, por favor. Feita a academia, nós podemos chamar, parcialmente, quem fez a academia?

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – E o nome, por favor, delegado.

O Senhor **Jimmy Santana** – Delegado Jimmy Santana, diretor de administração da Polícia Civil de Roraima. Boa tarde a todos, pela legislação atual, concluída a academia, nós temos que dar posse aos candidatos aptos no prazo de 30 dias. Então, nós precisaríamos de uma previsão de receita para poder, efetivamente, fazer essa academia. Para complementar, com relação aos custos administrativos da academia. É em torno de 800 mil, mais as despesas relativas ao pagamento de bolsa-formação que é em torno de 3 milhões e 800 mil.

O Senhor **Flamarion Portela** – Então, em torno de 4 milhões faria o ciclo completo.

O Senhor **Jimmy Santana** – Exato.

O Senhor **Flamarion Portela** – Eu fiz essa pergunta, deputado Jorge Everton, que eu achei essa ideia bem interessante para fazermos um esforço, conjuntamente. Acho que a política é exatamente essa arte de conversar, convergir e negociar para chegar às conclusões. Eu acho que é um caminho que pode ser seguido. Fiz essa pergunta mais objetiva e a resposta foi bem contundente, não tem como parcelar ou fracionar a posse, teria que ter segurança desse montante de recurso. Mas, eu acho que é uma proposta interessante, nós começamos a convocar, delegado, começar essa academia em julho ou agosto, concluindo final do ano. Como disse o deputado, se não tiver perspectiva de receita, construir caminhos e alternativas para o exercício seguinte. É algo a ser levar ao nosso governador.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Obrigado Dr. Flamarion. Antes de passar a palavra ao secretário, passo a palavra ao deputado Renato Silva.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Parece que essa situação virou algo pessoal do governador contra a Assembleia. Parece que a Assembleia abraçou a ideia dessas pessoas do concurso da Polícia Civil, e o governador, de birra, não quer chamar. Porque dizer que não tem orçamento é brincadeira! Como o deputado Jorge acabou de falar, nós acabamos, há menos de duas semanas, de aprovar a renovação de duas secretarias extraordinárias que sem elas, na estrutura do Estado, não fariam falta nenhuma.

Nós conseguimos atender a Polícia Civil, que até agora apresentei uma PEC, eu, o deputado Jorge e os demais deputados aqui da Assembleia, de acordo com a decisão do STF, para a aposentadoria das mulheres, diminuindo de 25 para 22 anos de contribuição. Então, em breve, muitos policiais se aposentarão, como todos já falaram.

Eu acho Flamarion, que o que está faltando aqui, até a Dra. Darlinda citou, é a falta de vontade política. Se tiver vontade política, nós conseguimos resolver isso, até porque esse custo fala em 4 milhões, mas 4 milhões não é de uma vez só, vai sendo fracionado ao longo dos meses do curso.

E outra pergunta que eu queria fazer Jimmy: todos esses que vão fazer o curso, todos do curso serão nomeados? Todos dos cadastros de reserva?

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – Pela nossa legislação, deputado, todos aqueles que nós convocarmos para a academia serão obrigatoriamente, nomeados em 30 dias.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Me explica essa situação, por exemplo, do perito criminal. São 29 classificados, são 12 vagas. Como é que funciona isso?

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – Não tendo vagas, nós só poderemos chamar as 12 vagas restantes. Não tem como chamar para a academia quando não há vagas disponíveis para isso.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Então, no caso desses 29 classificados, só iriam 12 para a academia?

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – Isso, apenas 12 para a academia, porque só tem 12 vagas. Para que a gente pudesse fazer diferente, teria que alterar a legislação para aumentar o número de vagas.

O Senhor Relator **Renato Silva** – E há interesse em fazer isso?

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – Tem que fazer todo um estudo técnico para isso.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Mas, sabem dizer se a Polícia Civil precisa disso? No caso do perito criminal?

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – Não, acho que não. Deixa-me lhe dizer, para nós é mais interessante os cargos de auxiliares, no caso os auxiliares de perito, que são aqueles que fazem toda a parte de trabalho de campo, e os peritos fazem a análise técnica daquele material. Então, se eu fosse tomar essa decisão, eu preferiria chamar o auxiliar de perito.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Entendi.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Com a nova legislação, todo mundo vai virar perito?

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – Aliás, esse é um outro problema que nós precisamos resolver. Porque, por exemplo, os auxiliares de peritos são de nível médio. Então, eles não têm como subir para o cargo de oficial de investigação. Nós teríamos que encontrar uma saída para isso. Será uma discussão que nós vamos trazer aqui para a Casa, porque será uma discussão interessante e que exige muita sensibilidade nesses pontos.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Bom, é o seguinte. A nova legislação nacional, à qual nós temos que adequar a Polícia Civil do Estado de Roraima, agora estabelece apenas três cargos: delegado de Polícia, oficial investigador e perito. Pronto, então, quem é escrivão, hoje, vai virar oficial investigador e, quem já é oficial investigador também vai assumir as funções de escrivão. Não vai mudar, não, vai mais ter distinção, será tudo investigador, escrivão, tudo no mesmo cargo. Só o cargo de delegado permaneceu com as mesmas atribuições. O cargo de perito, porém, traz um problema, porque nós temos, por exemplo, o auxiliar de perito e o auxiliar de necropsia. Por exemplo: o auxiliar de necropsia é quem vai ao local do crime recolher o cadáver e levar para o IML, o perito não faz isso, o médico legista também não faz. O auxiliar de perícia é aquele que vai ao local colher o material para o perito analisar. Beleza! Agora, virou todo mundo perito? O médico legista vai lá pegar o corpo? Você acha que um médico, formado, legista vai ao local limpar o corpo e levar o corpo do local do crime até ao IML? Não vai.

E outra, como é que eu considero todo mundo perito? Se o auxiliar entrou com nível fundamental, na época. E o médico tem o ensino superior em medicina. Como é que eu considero todo mundo perito? A solução que nós encontramos, e que pode ser algo que o governo vai analisar, é ter perito nível 1, perito nível 2 e perito nível 3. E escalar, de acordo com as atribuições a qual entrou, ou então, considerar o cargo de extinção. Coloca todo mundo num cargo de extinção e no próximo concurso só pode ter concurso para perito.

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – Com isso vamos construir uma injustiça grande com quem está há 20 anos trabalhando.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E vai acabar, né? Porque aí perde paridade, perde integralidade. É uma discussão difícil. Hoje, toda a Polícia Civil tem direito à paridade e integralidade. O que isso quer dizer? Quando aposentarmos, nós vamos ter direito à integralidade dos nossos salários, e todas as vezes que houver aumento de reajuste anual, ele é repassado, ou algum tipo de aumento que é dado à ativa, ele reflete no inativo.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – E antes de aposentar, como é que fica? Recebendo mensal o perito 1, 2, 3, como você deu a ideia?

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – É outro problema, tem que se discutir. Vai pagar o salário de médico legista para o auxiliar de necropsia? É um assunto complexo que o governo federal impôs, de cima para baixo e vai gerar, não só aqui em Roraima, mas no Brasil todo. Então, essa é outra questão que precisa ser discutida.

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – E esses reflexos já estão sendo sentidos nas outras Polícias Cíveis. Então, eu acho que duas únicas polícias conseguiram já implantar o cargo de oficial investigador, mas tiveram muitos problemas para resolver. Inclusive, uma delas é de São Paulo, que ainda não conseguiu, que eles têm um cargo específico de detonador de bomba. Não há nenhuma consonância com nenhum dos

cargos que existem. Eles estão tentando resolver esse problema e não é fácil, não, nenhuma polícia civil conseguiu.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Você acha que dá para nós construirmos isso, para começar a partir de julho? A academia?

O Senhor **Flamarion Portela** – Deputado Renato, eu acho que esta Casa aqui, ela é essencialmente a Casa do diálogo. E estamos aqui com esse espírito. Eu, a delegada Darlinda, o Luciano, o Jimmy, o Rafael, é tentar exatamente construir ponte para alcançarmos esses objetivos. Nós não temos nenhuma dúvida, pelo despacho que eu tenho visto da delegada, de que vamos carecer, como disse o deputado Jorge Everton, de gente daqui a seis meses, um ano, menos disso, até.

É fundamental que nós tenhamos isso, essa ideia de começar e se não fosse obrigado a chamar todo mundo, era ideal. Eu ia chamar de acordo com a minha necessidade. Abriu aqui, apresentou 10, eu chamo 10, apresentou 30, eu chamo 30. Seria ideal. Mas, como tem que chamar todo mundo de uma vez, tem que analisar se não haverá um sufoco financeiro, não é só orçamentário. O orçamentário, ele está lá posto, 10 milhões para esse ano. Agora, esse orçamentário vai se transformar em financeiro na hora de efetivamente, fazer o pagamento ele tem que ter o financeiro para honrar aquilo que o orçamento previu. Se não, atrasa salário, não paga os encargos, e nós vamos voltar há um tempo que é indesejável para todo mundo. Então, é essa a mensagem que nós queremos deixar aqui, de que nós conjuntamente podemos construir.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Mas assim, nós podemos ter um prazo para essa resposta? Ou marcamos uma reunião com o governador?

O Senhor **Flamarion Portela** – A primeira coisa que o deputado Gabriel pediu aqui foi essa agenda. Eu marquei essa agenda o mais rápido possível, para ir um grupo de deputados representativos da comissão e talvez alguns membros dos interessados para que nós possamos ter uma conversa e, a partir dali, já nasce um prazo. Acho que o nosso objetivo aqui é ter um prazo. Que dia começa? E em julho, é em agosto? Ponto final. E, a partir daí, chamar.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Se nós iniciarmos, fizermos uma convocação, se o governador entender, fizer uma convocação para início da academia em agosto, já publicar, eles finalizariam em dezembro e a nomeação seria só em janeiro do próximo ano, com a certeza de que nós temos orçamento, financeiro, tem tudo.

O Senhor **Flamarion Portela** – Perfeito. Anotei exatamente o mês de agosto, por causa desse intervalo de 4 meses. Nós chegamos a dezembro, de acordo com a orientação dele, eu anotei aqui em agosto.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E esse valor que foi alocado, nós já temos um recurso para fazer a academia. Eu acho que a ideia é boa e falta agora, só sentar com o governador para definir.

O Senhor **Flamarion Portela** – E bater o martelo.

O Senhor Relator **Renato Silva** – E, ainda ia sobrar orçamento, iríamos gastar só 4 e têm 10.

O Senhor **Flamarion Portela** – Sobra 6 orçamentariamente falando, sobrando metade já está bom. Então, eu vou tentar marcar o mais rápido possível essa agenda, para nós e a delegada presente com a equipe dela, para nós, realmente, termos um prazo. E, a nossa referência aqui, seria iniciar em agosto, né, delegada, a senhora concorda também?

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – Concordo, porque criar toda uma estrutura de um curso de formação também não é brinquedo não, precisa ter toda uma equipe, planejamento e etc.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Mas, eu sugiro Flamarion, que seja publicado um edital e não somente aperto de mão apalavrado, entendeu?

O Senhor **Flamarion Portela** – Perfeito.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – É só aplicar os 10 milhões que tira toda a diferença dos 800 mil reais. Com a palavra o deputado Rárisson.

O Senhor Deputado **Rárisson Barbosa** – Só para contribuir aqui, presidente, às vezes nós ficamos aqui muito amarrado. A Lei de Responsabilidade Fiscal, isso é importante, os números falam, mas 46% é sem problema nenhum para nomear todos eles. Entre 46% e 49%, estamos falando de reposição e não de nomeação, porque se fala muito que a Polícia Civil vai colapsar, se não tomarmos aqui uma decisão rápida.

Nós temos já os cargos e existe um orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual, de 2025. Não há o que se falar em aumento dessa porcentagem, delegada, porque nós vamos fazer reposição das vagas que já existem. É um ponto importante na reunião com o governador. Nós já levamos isso para ele entender que é possível fazer, porque os cargos já existem, o dinheiro já está lá, já está aprovado, nós precisamos só repor os cargos que estão, hoje, vagos na Polícia Civil. Para esse ponto, queria deixar, presidente, que é importante nós levarmos e seria possível

o aumento do número de cargos, no qual, seria uma outra discussão, que tem que ser levada com mais estudo. É uma guerra de cada vez, exatamente, que é o que o delegado acabou de falar aqui, a Polícia Civil vai meio que se atropelar com o que foi aprovado lá em cima, mas é uma guerra de cada vez. Nós precisamos agora não deixar a Polícia Civil do Estado de Roraima colapsar. Obrigado, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Obrigado, deputado Rárisson. Com a palavra o futuro delegado da Polícia Civil.

O Senhor **Guilherme Vieira** – Boa tarde, meu nome é Guilherme Vieira, agradeço a oportunidade de poder falar aqui pelos candidatos. Basicamente, eu queria só fazer uma observação que às vezes, passa despercebido é que o cadastro de reserva do cargo de delegado, especificamente, acabou sendo um cadastro parcial, então hoje, se não houver uma mudança no edital, só serão convocados 11 candidatos ao cargo de delegado. E, fazer um curso de formação para 11, como a Dra. Darlinda falou, o custo que é, como o próprio deputado Jorge Everton também disse. Nós pedimos apenas que seja revogada essa cláusula do edital e que seja ampliado esse número.

Nós temos, hoje, uma possibilidade de chamar um número entre 45 e 50, sem necessidade de criar cargos, mas seria necessário revogar essa cláusula e aumentar o cadastro de reserva e a criação de cargo também seria necessário, se não me engano, para outras carreiras. Mas aqui, no caso, de delegado, nós nem estamos falando em criar cargos, estamos falando só em realmente suprir os cargos que já existem. E daria para chamar entre 45 e 50. É basicamente essa observação, só para trazer isso à baila, essa distinção, senão ficaremos de fora e, só 11 delegados irão para o curso de formação. Obrigado.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Obrigada. Queria passar para a delegada Darlinda, para ela responder o seu questionamento.

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – Guilherme, infelizmente a informação, eu acho que está distorcida. A classe inicial de delegado tem 45 vagas. Hoje, nós temos 47 delegados, porque 2 entraram por sub judice, então, nós preenchemos o número de cargos da classe inicial. Para que possamos chamar um que seja do cadastro de reserva para cargo de delegado, nós temos que fazer ou a quebra de interstício ou aumentar o número de vagas na classe inicial. Então, para esse curso de formação, não há possibilidade de chamar cargo de delegado para compor o curso de formação, da mesma forma, os peritos que nós acabamos de informar. Nós não temos mais o quantitativo de vagas de cargos referentes ao número de cadastro de reserva. Nós temos esse desequilíbrio, ou altera a legislação para aumentar o número de vagas ou quebramos os interstícios.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Obrigada, delegada Darlinda. Com a palavra o nosso futuro delegado.

O Senhor **Márcio Patrick** – Boa tarde. Meu nome é Márcio Patrick, aprovado no cargo de delegado da Polícia Civil do Estado de Roraima. Para complementar essa informação da Doutora Darlinda, realmente, não existe cargo na classe inicial, mas na intermediária existem quase 50 cargos vagos.

No início da primeira academia foi feito isso, foi remanejado 10 cargos das outras classes intermediárias, pegaram 3 de uma, 5 da outra e 5 da especial, formaram e jogaram para a primeira classe. E isso, não causa o aumento de despesa, porque estão só remanejando dentro da própria lei os cargos de delegado.

Eu não vejo por que esse impedimento, se tiver como realmente criar 10 cargos, 11 cargos de delegado, perfeito, mas como nós estamos falando de uma previsão futura, vai mudar a lei de delegado, tem uma nova lei para ser implantada, porque não remanejar esses 10 novamente? Como já foi feito, para o primeiro curso de formação que beneficiou 10? E aí ficará 10 de fora, que pode ser simples essa alteração, que já foi proposto aqui em dezembro, e os deputados se colocaram à disposição de aprovar esse remanejamento, que não terá aumento na despesa da Polícia Civil, fazendo realmente a distribuição certa para 11 cargos na classe inicial e quando for mudar a lei nacional e adequar a nova lei, faça uma nova pirâmide se for o caso, ninguém sabe se vai ser pirâmide ou vertical.

Uma opção que eu dou, já que vai promover. Cada um que for promover leva o seu cargo para cima. Promove com o seu cargo, então, não vai dificultar ninguém, nem prejudicar ninguém. O projeto de lei, quando houver lá na frente, porque nós estamos ficando vinculado a uma promoção, que teoricamente vai começar só daqui a 5 anos, e terá uma nova discussão, novos valores. E, nós vamos ficar amarrado a essa condição que pode futuramente, quando for promover levarem o seu cargo para cima e não vai prejudicar ninguém, tanto o cadastro de reserva, porque tem data de validade o concurso e nós vamos ficar na expectativa de que será que vão conseguir ou não. Se não conseguir o cadastro reserva, não vai ser convocado, se for usar esse raciocínio. Mas, fica essa opção, se não

conseguir, por causa da questão financeira, criar 10 cargos como de perito, o remanejamento, que quando for fazer a questão das promoções que coloque na lei de cada um que for promover, leve o seu cargo para a intermediária e assim beneficia todo mundo. Todo mundo fica feliz.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Obrigado. Com a palavra o delegado Jorge Everton.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Doutora Darlinda. Hoje nós temos a classe especial 100% preenchida. Quantas vagas?

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – O Dr. Jimmy tem melhor esses dados, nós temos na ativa 48, na especial.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E na intermediária?

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – Nenhum.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Zero?

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – Zero.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Abaixo disso?

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – Só inicial.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Quanto?

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – 47 e dois extras sub judice.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Qual é a previsão da classe intermediária?

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – 50 cargos.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Se nós quebrarmos o interstício, que é feito isso, constantemente, na Polícia Militar, nós vemos vários editais de quebra de interstício todos os anos, promovemos os 47 para a classe intermediária, ainda tem 3 vagas sobrando. Dá para fazer uma convocação de 3 e quantos na inicial? Mais 45, ou seja, daria até de pensar em um novo concurso, já programar, faz o preenchimento deles, que são 11, não é? Têm quantos? Bom, convoca o cadastro de reserva e faz o preenchimento e acomoda todo mundo. É bom para a Polícia Civil, vejam só, Flamarion se nós demorarmos para fazer o concurso, acontecerá o caos que aconteceu no nosso concurso, tinha delegado que nunca tinha trabalhado na vida na polícia e ficou doido, sem saber o que fazer. Tinha agente de polícia, escrivão, que não sabia, é necessário esse contato com os veteranos, para que a gente troque experiência. O acúmulo de 25 anos, que ocorrerá da experiência que será compartilhada, isso se tem muito a lutar na nossa polícia. Nós queríamos ter alguns delegados para nos instruir. É necessária essa quebra, só essa quebra do interstício resolve o problema; é um ato só do governador. Ele quebra, promove, se ele não quiser, promove os 47 para a classe intermediária e tem abertura para fazer quantas convocações ele quiser.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Obrigado, deputado Jorge Everton. Alguém mais que falar? Vou deixar o Dr. Rafael por último. Com a palavra o nosso amigo, diga o nome e o cargo pretendente.

O Senhor **Gustavo de Oliveira** – Boa tarde, sou o candidato Auxiliar Perito Criminal. Gostaria de meus agradecimentos ao secretário Flamarion, a delegada-geral por todo o esforço. Fico muito feliz com a possibilidade de ser feito todo esse curso em agosto, até porque com os 4 meses do curso de formação, mais um mês para a nomeação e mais um mês para a posse. Nós já estaríamos em janeiro, fevereiro, onde a maior parte como a senhora falou, os 30% estariam se aposentando. Nós também teríamos essa margem de orçamento dentro da folha da polícia civil, devido às aposentadorias, além dos 10 milhões, além de um superávit na arrecadação à margem deixada pelas aposentadorias.

Fico muito feliz por entrar em acordo e essa luta chegando ao final, que novamente o efetivo da Polícia Civil esteja numa mão tão competente como a do Flamarion. Muito obrigado por tudo que foi debatido hoje.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Obrigado, mais alguém? Convido o Dr. Rafael para dar o toque final, depois, a última palavra o Flamarion e a Dra. Darlinda, que fará a aproximação com o governador. Com a palavra, o Dr. Rafael Inácio.

O Senhor **Dr. Rafael Inácio de Fraia e Souza** – Boa a tarde a todos. Mais uma vez é uma honra estar aqui na Casa Legislativa. Eu tinha anotado vários dados aqui para elucidar as dúvidas que os deputados levantaram, mas, acho que não vale a pena reiniciar discussão nenhuma, já que chegamos a uma conclusão. Agora, a Seplan está sempre de portas abertas para qualquer dúvida ou qualquer pergunta que possa ser feita aqui na Assembleia ou lá na própria Seplan. Sempre recebi todos e continuarei recebendo ou aqui ou lá.

Temos os números do impacto das secretarias extraordinárias, já estavam na folha, mas, por exemplo, as duas secretarias no ano custam menos de 1.700.000,00, já estavam na folha, não houve um aumento, isso é bem menor que o custo de formação de vocês. Mas, fico feliz que temos chegado mais uma vez ao ponto comum, reforçar que é a intenção do nosso governador desde sempre dar uma solução para isso. Tanto é que

no ano passado, ele ordenou que fizessemos a dotação necessária para isso. Claro, que com a receita é uma variável que não temos controle 100% com as despesas. A despesa nós temos controle, mas, a receita não, e nós estamos tendo alguma frustração. Só agora até abril tivemos uma frustração de aproximadamente 45 milhões.

Nós temos que ter cuidado, porque despesas de pessoal é uma despesa continuada, no melhor termo. Mas, já está resolvido, vai começar em agosto e terminar em dezembro. O princípio de anualidade orçamentária, no ano que vem já estará em outras condições e espero que para o bem do estado e da nossa delegada, que sofre.

Acho que estamos criando uma falsa limosidade, acho que está todo mundo com a mesma intenção, independentemente, da posição que esteja ocupando, hoje. Então, é justamente isso, sentar-se, aproximar, definir as datas e com certeza, daremos a solução para isso. E, depois, também queria quando terminar da polícia, vocês me ajudarem a fazer da Seplan. Eu preciso chamar o meu cadastro de reserva, alguém precisa fazer as contas, mas, deixa isso para lá, só para descontraí-lo no final.

Bom é isso, e mais uma vez me coloco à disposição de todos os senhores, do meu secretário, que é o meu professor todos os dias, na nossa reunião vespertina, Flamarion, e estamos à disposição do Estado para fazer o melhor possível.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Obrigado Dr. Rafael, estou muito feliz por este momento. A Dra. Darlinda, o Flamarion, principalmente, queria nomear vocês como nossos procuradores para convencer o governador a nos receber, receber a comitiva e representantes da Polícia Civil, claro, os deputados e vocês dois, principalmente. O Dr. Dimas, é importante estar junto também, para nós convenceremos o governador, se Deus quiser, e que essa pauta seja positiva para começar em agosto.

Com a palavra a Dra. Darlinda e o Flamarion para dizer que serão os nossos representantes de convencimento ao nosso governador. Com a palavra, Dra. Darlinda.

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – Agradeço presidente, aos deputados e a todos os representantes aqui presentes, a minha equipe que veio em peso, exatamente, nós sabemos da importância desse pleito. Agradeço a força que Assembleia tem dado a esse querer, a esse desejo, e como bem disse o secretário Rafael, é um querer de todo mundo. Pode ter certeza de que está todo mundo irmanado para resolver isso da forma que o estado puder conseguir executar. Da minha parte, fico à disposição, como venho defendendo, tanto na Casa Civil, quanto ao senhor governador. Estaremos lá, assim que for marcado a reunião.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Obrigado, Dra. Darlinda. Com a palavra, Flamarion.

O Senhor **Flamarion Portela** – Senhor presidente, senhores deputados, é sempre um prazer renovado vir a esta Casa. Eu, nas oportunidades que passei aqui, eu sempre dizia que luto pelo Poder Legislativo com profundo respeito. E, dizia ainda, senhores deputados, que o Poder Legislativo é o mais bonito dos poderes, o mais nobre dos poderes. Eu vou só aqui, repentinamente, ilustrar de onde vem isso. No século XVIII, um pensador, iluminista e filósofo francês, chamado Montesquieu, ele pensou na repartição dos poderes. Por que Montesquieu pensou na repartição dos poderes? Porque ele viu os reis, deputado Gabriel, os imperadores serem absolutistas, às vezes, sufocando a sociedade, não só na cobrança de tributos, mas, também com o exercício de justiça, das mais variadas possíveis. Então, Montesquieu pensou em fazer essa repartição dos poderes e nessa oportunidade surgiu o Legislativo, que é esse aqui que nós estamos, o Executivo, que já era executado pelos imperadores e os reis, e também o judiciário para dirimir essas questões e dúvidas, que por acaso surgisse.

Então, o Poder Legislativo é esse poder que tem na essência, o compartilhamento do poder em si. O deputado Jorge Everton é vice-presidente, o deputado Sampaio é presidente, mas na hora de votar, o mesmo voto que do deputado Jorge, que é vice-presidente do deputado Sampaio, que é presidente. É o voto do Gabriel, é o voto do Renato e é o voto do Rárisson. Aí, vocês entendem que a representatividade do poder é do presidente Sampaio, mas na hora de votar ele tem o voto igual a qualquer outro parlamentar. É isso que digo, que aqui, se concentra a beleza desse poder, a essência desse poder, é o compartilhamento das ações, das diretrizes, dos programas e das ações do Poder Legislativo.

É sempre um prazer renovado estar aqui. E, quero, ainda dizer que nós vamos sair daqui com esse propósito de juntarmos forças, todos nós, do Executivo representado por mim, pela Darlinda, pelo Luciano, pelo Dimas e Rafael, para que nós consolidemos isso, entendendo que o policial civil, ele é uma carreira de estado, O governador Denarium, como qualquer outro que virá, passa, o estado fica, e a polícia civil é uma carreira de estado.

Eu tenho a grata satisfação de dizer e foi lembrado aqui pelo deputado Jorge Everton e pela Dra. Darlinda, quando foi dar posse à Polícia Civil, Renato, darmos no Totozão, pois foram mais de 1.200 pessoas numa canetada só, empossadas em um dia só. Lembro-me que naquela ocasião veio gente do Brasil inteiro e seus familiares do Brasil inteiro para comemorar junto ao seu ente querido, que passou no concurso. Rafael estava naquele momento, assumindo essa função no estado de Roraima, mas se transformando também em um macuxi, como nós, que estamos aqui, há muito tempo. Todos vocês hoje, não tenho dúvidas disso, amam essa terra como ninguém. Quem nasceu no Piauí. Você é de onde, Jorge? Sergipe. Luciano de Pernambuco, todo mundo se transformou em macuxi. Assim como eu, que sou cearense, estou aqui há 42 anos, digo com todo o orgulho, eu sou antes de tudo um macuxi, na essência bonita da palavra e da representatividade, quanto à ancestrais que nós temos aqui.

Que esse espírito nos envolva, que nós nos demos as mãos para que possamos consolidar isso, mais uma vez, para exercitar a justiça, já que eu falei em justiça, dizer que a Dr. Darlinda tem feito uma empreitada, tem sido incisiva, no sentido de realmente convocar as pessoas para que a Polícia Civil preste maiores e mais relevantes serviços à sociedade roraimense. A todos vocês, um grande abraço e muito obrigado.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Muito obrigado, Dr. Flamarion, com a palavra, Renato, antes de encerrarmos.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Vou me ausentar, pois estou com uma reunião marcada.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Só um minuto, não vamos demorar dois minutos, se furar o pneu do seu carro você atrasa, por favor, Renato.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Parabenizar a Dra. Darlinda, ao Flamarion e toda a equipe do governo, os delegados, ao secretário da Seplan, que às vezes, aguenta pressão neste orçamento, não é fácil.

Eu queria só fazer um pedido para a Dra. Darlinda, só um pedido que queria fazer para a senhora. Que trabalhemos nessa reunião com o governador essa ideia de quebrarmos esse interstício para poder chamar mais, porque poderíamos levar para ele o quanto nós vamos deixar de gastar com a Polícia Civil, dos que vão se aposentar até o final do ano, quanto vai abrir de orçamento? Nós não estamos vendo isso? Nós estamos vendo, só que vai entrar mais policiais e vai aumentar o custo, mas tem um monte se aposentando. Então, vamos ter um orçamento menor de gastos de pessoas na Polícia Civil. Poderíamos levar esses dados para o governador, mostrar para o governador, como a senhora falou 30%, vai afetar quanto orçamentariamente? Quanto vai sobrar para podermos contratar mais desses 30% que vão se aposentar do efetivo? Vai abrir o orçamento, que talvez abrindo esse interstício ou criando uma lei para abrir outras vagas, vamos manter o curso praticamente, não é? Vai ter o custo da aposentadoria, mesmo assim não é o mesmo custo de quando se está efetivo, não é verdade? Estou errado em alguma coisa, doutora?

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – Não, inclusive o gasto com pessoal passa a ser do Iper e não mais na folha do Estado.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Então, praticamente, o orçamento da Polícia Civil, esses 30% vão sair da Polícia Civil. Então, dá para fazermos isso e mostrar a importância para ele, se fizermos no dia da reunião com o governador e levarmos para ele, Flamarion, e mostrar quanto vai diminuir o gasto da Polícia Civil e o que ele está contratando não vai subir muito a mais, entendeu? Poderíamos levar esses dados para ele, pois ele gosta muito de números.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Diminui até 30% do aposentado, é fato.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Então, se gastamos 10 milhões de folhas, vamos dar um exemplo: 3 milhões sobrarão, então dá para aumentarmos em 30% o efetivo. Podíamos levar esses dados para ele, que é só para o ano que vem, vamos aproveitar esses rapazes que fizeram o curso e estão há um ano brigando conosco, pressionando. Vamos ajudar esse pessoal, vamos fazer isso, doutora.

A Senhora **Darlinda de Moura Viana** – Comprometo-me a levar, sim, deputado, que eu também já estou cansada de ver tanta lágrima, mas vamos conseguir fazer.

O Senhor Relator **Renato Silva** – Então, pronto, fechado.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Nada mais a tratar, quero agradecer a presença de todos, Dra. Darlinda, Dr. Rafael, Dr. Luciano, Dr. Dimas, o nosso querido amigo e futuro delegado-geral Rárisson, Jorge Everton, Flamarion, obrigado por tudo. Está encerrada a nossa reunião, agradecendo a presença de todos.

Participaram da reunião os senhores deputados membros: **Gabriel Picanço, Jorge Everton, Renato Silva e Rárisson Barbosa.**

Deputado Estadual Gabriel Picanço
Presidente da Comissão Especial – AP Nº 012/2024

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL,
CRIADA NOS TERMOS DO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 012/2024,
EM 15 DE SETEMBRO DE 2025.**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GABRIEL PICAÑO**

Às dez horas e trinta minutos do dia quinze de setembro de dois mil e vinte e cinco, na Sala de Reuniões do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, nesta Casa Legislativa, deu-se a Reunião da Comissão Especial, conforme o Ato da Presidência n. 012/2024, criada para tratar acerca do concurso da Polícia Civil do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Gabriel Picaño** – Senhores, bom dia. Neste momento, vamos iniciar mais uma reunião da nossa Comissão Especial, criada pelo Decreto da Presidência da Assembleia Legislativa n. 012/2024. Solicito à secretária desta comissão que proceda à verificação de quórum.

A Senhora Secretária **Josiane Daubermann** – Há quórum somente para a abertura da reunião e discussão, mas não para deliberação de matéria, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Gabriel Picaño** – Considerando que já há quórum para a abertura dos trabalhos, invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta comissão. Por falta de quórum regimental para deliberação de matérias, transiro a leitura e aprovação da Ata para a próxima reunião. Dando sequência ao nosso roteiro, informo que a pauta desta reunião, como todos nós sabemos, é a mesma da reunião anterior: a convocação dos classificados do concurso público da Polícia Civil para o curso de formação. Nesta oportunidade, serão convidados para a discussão o senhor Flamarion Portela, que infelizmente não pôde comparecer, mas enviou um documento; o secretário-chefe da Casa Civil do estado de Roraima; o senhor Rafael Inácio de Fraia, também secretário de Planejamento do estado de Roraima; a doutora Darlinda Moura, delegada-geral da Polícia Civil do estado de Roraima; e o representante dos concursados. Informo ainda, que o secretário Flamarion Portela, como eu havia dito, não pôde participar da reunião, pois encontra-se de férias fora do estado de Roraima. Dando continuidade, gostaria, apenas para resumir e passar a palavra a quem dela quiser fazer uso, de deixar a nossa orientação. Como o Dr. Flamarion não está, acredito que esta pauta, doutora Darlinda e demais colegas e amigos, é a mesma da reunião anterior, pois precisamos definir uma proposta de convencimento para apresentar ao Dr. Flamarion, amanhã. O nosso pedido, o pedido da senhora, o pedido do secretário de planejamento, meu pedido e dos amigos aqui, que são os defensores dos cargos, é que o governador marque uma data para que possamos dar uma satisfação a eles, inclusive, achei muito interessante o que Gustavo falou: “que seja para o ano que vem, mas que seja algo concreto”, com a colaboração também daqueles que estão envolvidos na situação. Se for para o ano que vem, não tem problema, desde que o governador chame, Darlinda, encerre o concurso, vamos fazer essa situação, vamos fazer essa convocação. Não importa, não é, doutora Darlinda? Mas, eu queria passar a palavra para as considerações dos colegas que aqui estão, qualquer um de vocês que queira fazer uso, por favor.

O Senhor **Márcio Patrick Martins Alencar** – Bom dia. Meu nome é Márcio Patrick Martins Alencar, representante do cadastro de reserva da Polícia Civil, que atualmente, representa sete cargos na instituição da Polícia Civil. Como Vossa Excelência falou, deputado Gabriel, nós entendemos a situação financeira do estado, as contas públicas, o planejamento, e também temos ciência de que a Polícia Civil já está planejando a compra de munições e registros de preço, para que, quando este concurso for autorizado, a Polícia Civil já esteja preparada. Acredito que o Dr. Jimmy e a Dra. Darlinda já estão com a grade de formação pronta, aguardando apenas a autorização do governador, a autorização política. E, como nós sabemos dessa questão financeira, já conversamos entre nós, com os demais candidatos, que o ideal seria um edital, agora em setembro, com a data marcada para janeiro ou dezembro já, para que a posse do mesmo dia da primeira turma desse concurso fosse um único evento, todo ano, a Polícia Civil, comemoraria todos juntos, sem distinção. Então, um curso de formação, começando em dezembro, e uma posse em julho, daria 10 meses para a Administração Pública se planejar, porque nós vamos entrar na folha de pagamento só em julho. Enquanto isso, a gente sabe que as aposentadorias vão acontecer, estão acontecendo, que a gente fica olhando o diário diariamente, tanto delegados, agentes, escrivães, peritos, estão se aposentando, estão indo para casa. Então, essa questão, além de ser política, é administrativa, porque vai chegar uma hora em que a Polícia Civil vai voltar, como era antes, falta de efetivo e não vai dar essa resposta para a sociedade. Nós acompanhamos no SEI, alguns pedidos, vai ter agora a Central de Flagrantes Vulneráveis, que é uma decisão judicial, transitada e julgada, que vai ser obrigatória a delegados, agentes, escrivães. Tem um núcleo de combate à corrupção também,

que vai precisar de efetivos. Então, vai ter que ter um deslocamento de servidores que já estão instalados. E vão tirar esses servidores de onde? Vai descobrir um local para cobrir outro. Então, o cadastro de reserva, creio que, com a sua convocação, vai ser só para esses pequenos ajustes. Não vai repor a Polícia Civil ainda, mas vai dar para estruturar alguns setores que estão necessitando de servidores. Então, esse é o nosso pleito, mais uma vez. Sabemos que a questão administrativa está ok, está certa, está planejada, mas estamos aqui na Casa do Povo, querendo o apoio político, porque sabemos que agora é questão política, planejamento. Eu sei que os secretários aqui são competentes e vão arrumar um jeito de conseguir esse dinheiro, o curso de formação e, futuramente, o pagamento da Folha, sem trazer um peso para o estado, financeiramente. Essas são as minhas considerações.

O Senhor Presidente **Gabriel Picaño** – Obrigado! Continua a palavra franqueada, mas deixa eu falar um negócio para o senhor. Eu acho que já não é nem político mais esse problema, já é mais administrativo do governador, que todas as questões políticas já foram esgotadas. Nós estivemos reunidos, a secretária Darlinda esteve conosco, a delegada-geral, e já tinha até uma data, mas, infelizmente, não foi possível. Eu acredito que agora, o doutor Rafael sabe muito mais do que nós, que ele está acompanhando dia a dia, hora a hora, lá no planejamento, mas é mais questão administrativa do governador, mas eu tenho certeza de que nós vamos convencer. Deixa eu falar algo para o senhor, estou há 15 anos aqui na Assembleia, nunca abracei uma causa para ela não ser resolvida. Elas demoram, mas elas acontecem, elas não são abandonadas. As de vocês, eu tenho certeza de que na outra investida em que eu, a doutora Darlinda, o Flamarion e o Rafael estivermos juntos, o governador vai chamar vocês, vai marcar a data. Escutem o que eu estou dizendo para vocês: na próxima reunião que tivermos, eu, doutor Darlinda, Rafael e Flamarion, o governador vai chamar vocês, com toda a certeza.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Deputado Gabriel, bom dia.

O Senhor Presidente **Gabriel Picaño** – Bom dia, querido, deputado Jorge Everton.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Eu só queria registrar a minha presença *online*, eu não consegui chegar a tempo, e ouvi atentamente, no final eu gostaria de fazer os meus comentários.

O Senhor Presidente **Gabriel Picaño** – Correto, fique à vontade, deputado Jorge Everton. Nós estamos aqui, deixe os seus colegas delegados, falarem aqui, os policiais, e Vossa Excelência faz o arremate final. Com a palavra a senhora Rafaela Jacomini Martins.

A Senhora **Rafaela Jacomini Martins** – Obrigada a todos os deputados. Gostaria de dizer que é um prazer falar com os senhores. Meu nome é Rafaela Jacomini, eu estou substituindo o meu colega Guilherme, e nós somos representantes dos 45 candidatos que foram aprovados, mas não incluídos no Cadastro de Reserva do cargo de delegado. Inicialmente, eu gostaria de dar as questões, a nossa preocupação em relação ao assunto da comissão. Nós entendemos que ela foi criada para tratar de vários assuntos importantes, relacionados ao conflito. Porém, nos últimos tempos, nós acabamos percebendo que a comissão parece estar concentrada apenas nos assuntos que se referem à convocação do cadastro reserva. Nós entendemos que uma data certa para o início do segundo curso de formação é um assunto complexo, é relevante, porém, a comissão tinha outros objetivos, que era a ampliação do cadastro reserva para todos os aprovados no cargo de delegado. Uma conduta que promoveria o tratamento igualitário e justo aos candidatos e o outro objetivo era a ampliação do número de convocados para o segundo curso de formação. E, nós observamos que em algumas oportunidades tinham 25 candidatos. Em oportunidades anteriores, nós já debatemos a necessidade de aumentar o número de delegados devido ao déficit existente. Então, vou evitar de ser repetitiva nos argumentos que já foram utilizados em outras ocasiões, mas eu reforço que atualmente, contando já com o cadastro reserva, o número de delegados será menor do que há 20 anos, o que é controverso também, o número de vagas existentes, bem como as aposentadorias que ocorrem regularmente. Além disso, senhores, foi abordada a questão financeira das dificuldades existentes, porém, nesse ponto, em que pese a alegada falta de recurso, eu gostaria de relembrar uma questão importante. Em uma reunião anterior, os deputados Renan, e o próprio Dr. Gabriel garantiram que viabilizariam esse recurso para a convocação desses candidatos para o curso de delegado. Então, nesse sentido, eu gostaria de fazer um pedido para a comissão, que seriam dois pontos que fossem esclarecidos: primeiro, a ampliação do cadastro reserva para alcançar os candidatos que superaram os desafios dos certames e estão acordados, mas ainda falta discussão da comissão. E, o segundo, se ainda não está no plano da comissão viabilizar a alocação de recurso para garantir a convocação dos delegados. Partindo desse princípio, que a resposta seja positiva para os dois posicionamentos.

Eu gostaria de saber como podemos abordar esses temas de forma concreta e objetiva. E, se seria possível considerarmos a possibilidade de convocar o governador para uma próxima reunião. A presença dele é extremamente relevante, pois ele poderia se manifestar pessoalmente sobre os assuntos que vêm sendo debatidos, incluindo o déficit de delegados do estado, a alocação de recursos e a decisão que nós consideramos desproporcional de eliminar candidatos aptos de forma imemorada, quanto à validade do certame, que poderia ser de um mínimo de quatro anos. Então, senhores, a presença do governador permitiria um diálogo direto e transparente que poderia contribuir significativamente para a gente se encontrar com soluções eficazes sobre todos os temas que nós debatemos nas comissões. Eu não quero me prolongar, a Dra. Darlinda já se manifestou que o déficit é inegável, a questão do recurso financeiro, a gente sabe da dificuldade, mas a gente também sabe que, quando tem interesse político, ela pode acontecer. Para encerrar minha parte, eu agradeço a atenção de todos, peço desculpas pelo nervosismo, mas nesse momento, isso tudo, de 40 famílias e 40 colegas, estão nas minhas mãos. E eu, particularmente, confio que os senhores vão se lembrar em todas as estruturas da comissão. Obrigada.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Obrigado pela participação. Era bom o Dr. Jimmy dar uma participação nesta discussão.

O Senhor **Jimmy Santana** – Bom dia a todos, bom dia presidente. Com relação ao cadastro reserva é importante esclarecer, que o nosso edital está sendo cumprido e os candidatos que não estão dentro do cadastro reserva, na verdade, eles deixaram de ser candidatos porque foram excluídos do concurso. Portanto, não há que se falar em candidatos além do cadastro de reserva, uma vez que, eles foram excluídos, obedecendo às regras editalícias. Infelizmente, neste momento, não há como atender ao pleito desses candidatos. Além disso, não é simples ampliar o cadastro de reserva, pois essa medida gera expectativa de nomeação que, no curto prazo, não vemos possibilidade. Por exemplo, atualmente todas as vagas da classe inicial do cargo de delegado estão preenchidas e não há previsão de expectativa que justifique eventual ampliação do cadastro. Já se passou mais de um ano da nomeação dos colegas e, diferente do que acontece em outros estados, a evasão do cargo de delegado é praticamente inexistente. Em outros estados da corporação, você, às vezes, acaba observando uma evasão muito grande na classe inicial nos primeiros anos, mas no caso do concurso para o cargo de delegado do estado de Roraima, decorridos mais de 12 meses da nomeação da primeira turma, nós só tivemos a saída de um colega, até o momento, ou seja, é uma evasão muito baixa. E por que isso aconteceu? Porque várias etapas do concurso para o cargo de delegado no estado de Roraima coincidiram com outros concursos em outros estados, de modo que aqueles candidatos que não tinham os ânimos de permanecer no estado de Roraima foram realizando provas em outros lugares, e isso fez com que os atuais colegas que entraram na classe inicial e hoje permanecem, tinham como objetivo efetivo estar no estado de Roraima. Diante desse cenário, gerou-se uma situação que não identificamos necessidade proeminente de ampliação do cadastro reserva, até porque, observando nosso edital, esses candidatos não são mais candidatos.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Obrigado, a palavra continua franqueada.

O Senhor **Gustavo de Oliveira** – Bom dia a todos. Meu nome é Gustavo de Oliveira, sou representante dos 120 candidatos em cadastro reserva, e gostaria de fazer uma síntese. Todos os dados, argumentos e informações já foram amplamente discutidos e são de conhecimento dos senhores, mas reforço alguns pontos. Como destacou o Márcio Patrick, há previsão de expansão da Polícia Civil por meio da Decor-SFV, e essa expansão necessariamente, exige também aumento de efetivo. A sociedade espera de nós uma resposta concreta, pois a Polícia Civil tem esse encargo na justiça social, e ela precisa demonstrar que está crescendo, fortalecendo-se e aumentando sua produtividade. Quando eu explico o nosso pleito às pessoas de fora, aqueles que não entendem, gosto de fazer algumas analogias. Digo que existe um limite orçamentário da folha de pagamento e é como se o estado fosse uma casa e o nosso gestor fosse o patriarca dessa casa. Se o governador Antonio Denarium fosse o patriarca dessa casa e ele tivesse, digamos, mil reais para custear serviços e contratar pessoas. Se esses mil reais fossem uma realidade, proporcionalmente, nós teríamos um impacto de R\$ 1,80 para daqui 10 meses, bem como o Márcio Patrick destacou. Acredito que um bom gestor e como um bom patriarca, consegue uma organização financeira da casa para pagar esses R\$ 1,80 daqui há 10 meses. E, quando formos empossados, já estaremos no segundo semestre de 2026, e existirá outra realidade orçamentária, em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Acredito que seja possível. Cabe aos senhores me dizer se é possível confirmar minhas expectativas, mas eu acredito que não seja algo difícil de se cumprir.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Passo a palavra para a Rafaela. Acho que ela quer fazer um questionamento. A palavra está de

volta com a senhora.

A Senhora **Rafaela Jacomini Martins** – Obrigada, doutor. Peço desculpas, não conheço todos os presentes à reunião, mas gostaria de comentar a fala da autoridade anterior, que mencionou que os editais estão sendo cumpridos. Ocorre que houve a mudança nos editais, foi uma questão mesmo de interesse político nos incluir no cadastro reserva, pois o edital inicial foi alterado. E, nessa alteração, candidatos que foram levados até Roraima, grande parte desses candidatos, vieram de outros estados, fizeram cinco viagens até Roraima, arcaram com custos financeiros e emocionais significativos para pertencer à Polícia Civil de Roraima, e, de repente foram excluídos. Entendemos que não é viável chamar todos de uma só vez, em nenhum estado, porém, em diversos estados, mesmo diante das limitações orçamentárias, o caminho adotado foi manter os candidatos no cadastro reserva e, posteriormente, convocá-los, conforme a necessidade. Particularmente, considero improvável que, em quatro anos, a Polícia Civil de Roraima não precise de novos delegados. Hoje, já existe um déficit evidente, e trabalham com o efetivo menor do que há 20 anos, enquanto a população do estado triplicou. Na minha opinião, a questão do edital ser cumprido, se as autoridades tivessem interesse, ela poderia nos incluir ou incluir todos os candidatos que foram aprovados. E, se futuramente, precisasse ou não, já seria outro assunto que caberia ao governador, nesse entendimento, ou ao futuro governador, que teria um prazo de quatro anos para aproveitar esses candidatos que tiveram gastos para prestar o concurso e que estão aprovados. Nós estamos na mesma situação que os meus colegas aí, que foram aprovados, tiveram dificuldade no concurso e agora, estão sendo excluídos. Era isso, doutor. Obrigada.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Obrigado. Continua a palavra franqueada aos presentes, para quem desejar fazer uso. Não havendo mais manifestações, passo a palavra ao doutor Rafael. Em seguida, o deputado Jorge Everton e, por fim, à doutora Darlinda para o encerramento.

O Senhor **Rafael Inácio de Fraia** – Bom dia a todos. Mais uma vez é uma honra estar aqui nesta reunião, na Casa do Povo, como costuma dizer meu amigo Freitas. A situação já é de conhecimento de todos e acredito que não seja necessário reprimir informações que já foram ditas e reditas. O entendimento é que a Polícia Civil tem, sim, o interesse de chamar, quando for possível, assim que a decisão for tomada, estudaremos a forma de garantir o seu cumprimento, desde que respeitadas as limitações legais. No momento em que houver a devida provocação, será feita a análise. Tudo depende do tempo certo. Hoje, por exemplo, se a solicitação fosse apresentada, seria difícil atender. Amanhã, talvez já tenhamos um cenário mais claro. Tudo tem que ser no momento da provocação e no dia em que houver a solicitação, nós analisaremos a situação. Será verificada a conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal e a existência de vagas, que, no caso da segurança pública, provavelmente existem. No entanto, como já foi mencionado, o orçamento não pode ser visto de forma isolada: um real de despesa pode parecer pouco, mas os outros noventa e nove reais estão comprometidos com custos irredutíveis e obrigatórios, como salários, que já passaram por revisão concedida pelo governador e terão nova revisão no próximo ano. Portanto, é necessário manter o equilíbrio e quando a provocação for formalmente apresentada à Seplan, será realizado o devido estudo. Tenho certeza de que a melhor solução será adotada, considerando que a Polícia Civil tem a intenção de convocar, conforme as suas necessidades. Neste momento, a Seplan está apenas ouvindo.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Obrigado, mas doutor Rafael lembro que na primeira reunião que tivemos aqui, se não me falha a memória, houve uma provocação feita pelo deputado Renato e na ocasião, foi mencionado que havia um recurso destinado à realização do curso de formação, e gostaria de entender por que isso não ocorreu. Foi por uma decisão de ordem política ou houve algum impedimento administrativo, especialmente relacionado à Lei de Responsabilidade Fiscal? Pergunto isso porque, às vezes, recebemos questionamentos, afinal o recurso havia sido anunciado.

O Senhor **Rafael Inácio de Fraia** – Algumas situações acabaram ocorrendo, depois da aprovação da LOA, que dificultaram, mas o dinheiro já estava em recurso para o pessoal e foi usado para pagar salário que teve reposição no final do ano. Não sei se teve alguma progressão também. Isso aconteceu, não só com a Polícia Civil, mas quando a gente mandou o orçamento, em 30 de setembro, e já mandou sem a... então isso aí acabou pesando na hora do orçamento. Mas, conforme foi dito, se já está pensando no ano que vem, agora é o momento.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Eu acredito no seguinte, na minha humilde avaliação, como diz o Dr. Ionilson. O capilé não é o problema, o dinheiro não é o problema, é a vontade do governador de resolver que ele dá um jeito. Não é isso? Mas, então eu queria agradecer.

O Senhor **Rafael Inácio de Fraia** – Não, eu acredito que a vontade do governador é chamar, como é vontade também da delegada-geral. Só que como a gente ainda está no prudencial, a gente tem que ser prudente, mesmo que a lei permita, o estado tem que ser prudente, o patriarca tem que ser prudente. É nesse sentido.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Tá bom, doutor. Obrigado pela palavra. Agora, com a palavra o deputado delegado Jorge Everton, representante da Polícia Civil.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Eu queria cumprimentar todas as autoridades em seu nome e os demais secretários em nome da minha amiga, doutora Darlinda. Deputado Gabriel vou ser sucinto, é um assunto que tem trazido um cansaço enorme, tanto para a comissão como para os secretários, e na fala do secretário de planejamento, Rafael, dá para perceber claramente isso. Em resumo, a Delegacia geral fez o seu papel, a Seplan está pronta e preparada para dar a nota técnica necessária para a decisão política, a Sefaz está de prontidão para cumpri-la e o que falta, deputado Gabriel? É a vontade do governador. Infelizmente, não há essa vontade. Nós apresentamos um estudo técnico, mostrando que, a partir de fevereiro, 20% do efetivo da Polícia Civil vai se aposentar, que é o caso das mulheres. Nós apresentamos diversas aposentadorias que vêm ocorrendo ao longo do tempo. Nós mostramos a necessidade de alterar a legislação, a fim de fazer a promoção dos que estão ocupando a classe inicial para abrir mais vagas para os que estão aprovados no concurso, mas que ainda não constam como cadastro reserva. Eu ouvi atentamente, o delegado Jimmy, eu só preciso entender se realmente eles estão eliminados ou se existe a possibilidade de ampliação do cadastro reserva. Mas, de qualquer forma, para contemplá-los ou para ter um novo concurso, se faz necessário a mudança da lei, e não há uma vontade política nesse sentido, e nós precisamos da vontade política. A Assembleia sempre fez o seu papel e quando foi necessário, nós fomos acionados e imediatamente, fizemos o nosso papel. Mas, não estamos aqui discutindo o sexo dos anjos, nós estamos aqui perdendo o tempo, na realidade, porque o principal ator para decidir isso não está com vontade de fazer, que é o governador. Ele demonstrou isso com a Polícia Penal, e ele está demonstrando agora com a Polícia Civil. Então, eu não consigo visualizar uma solução a curto prazo desse problema, apesar de todo o empenho da comissão. Nós precisamos, a Polícia Civil vai colapsar, e quando colapsar, eu serei o primeiro a ir para a tribuna para apontar o dedo para os culpados, para os responsáveis por isso, porque nós teremos uma aposentadoria das mulheres em fevereiro, e três anos depois, no máximo, 100% da primeira turma estará aposentada. E, eu quero saber quem é que vai ocupar as delegacias e quem vai fazer as investigações? Porque não adianta a Polícia Militar fazer o trabalho ostensivo e não ter um trabalho investigativo da Polícia Judiciária que é a Polícia Civil. Então, para mim é no mínimo desrespeitoso com a categoria, com os que estudaram, que se dedicaram, que tiveram suas despesas, que não é fácil. Eu vim de outro estado do meu concurso de delegado e sei da dificuldade que é você vir fazer uma prova em um estado distante. Eu lamento profundamente e espero que o governador tome logo essa decisão, a fim de dar um direcionamento à vida dessas pessoas.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Obrigado, deputado Jorge Everton, pela participação e colaboração, mas prometo a Vossa Excelência que nós vamos nos empenhar, como já conversei com a Dra. Darlinda antes, extraoficialmente, vamos nos empenhar junto com o secretário de planejamento, conversar com o Dr. Flamarion amanhã, se Deus quiser. Já vou até deixar a hora pré marcada, lá pelas 5:00 horas da tarde, mais ou menos ou pelas 18:00 horas, para nós tentarmos um diálogo com o governador e um convencimento. Eu tenho certeza de que ele vai se convencer, ele vai, sim, dar data definitiva para chamar esse pessoal. Tenho fé em Deus, esse é o nosso esforço, esse é o nosso trabalho e tenho fé que as coisas vão dar certo. Não vamos deixar a nossa querida Polícia Civil ser colapsada porque a nossa população precisa de justiça e quem investiga é a Polícia Civil. Com a palavra agora, Dra. Darlinda, por favor.

A Senhora **Darlinda Viana** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar aqui o presidente da comissão, o deputado Gabriel Picanço, e o colega e deputado Jorge Everton, os demais secretários, o secretário Rafael, Dr. Luciano, que é meu adjunto e Dr. Jimmy, que está aqui, nosso apoio técnico, bem como o pessoal da comissão e os demais que estão convidados. Eu acredito, deputado Gabriel, que está muito próximo, e tudo é questão de momento, tempo necessário, questão de ser no momento adequado, no tempo correto. Vocês viram que nós tivemos uma série de problemas ao longo do ano e agora, ao final de julho, começamos um outro problema, que era o reajuste geral anual, que foi vencido, graças a Deus. Isso era o grande empecilho porque não fazia nenhum tipo de sentido, inclusive fazer o chamamento de cadastro reserva ou ampliação de qualquer tipo de carreira, se não houvesse o reajuste geral anual. Então, o governador chegou a uma decisão em relação a isso, fez seu

compromisso, já mandou o texto para a Assembleia, já foi aprovado e agora, estamos na parte de execução do reajuste geral anual. Dito isso, eu acho que o momento oportuno da gente procurar o governador para tentar avançar nisso é agora, qualquer momento anterior a isso bateria no grande obstáculo que era esse. Não adiantava, então nem fazer esforço conjunto, todas as conversas que eu tive com o governador a respeito disso, e são muitas, pode ter certeza, era exatamente o grande empecilho. Havia necessidade de primeiro, e antes de qualquer coisa, fazer o reajuste geral anual. Então, agora a gente começa a avançar, no segundo momento, que é esse. Eu acho que veio em boa hora, é o momento correto. Vamos procurar fazer esse agendamento e voltar a mostrar para o governador os números que a gente já tem em relação à aposentadoria, as estimativas em relação a essas possíveis aposentações, que vão vir a partir de fevereiro, contando, claro, com um pé no chão, porque a expectativa pode não corresponder à realidade. E, bem como me lembrou aqui o Dr. Jimmy, a gente tem que ter esse enfoque, porque a cada policial civil que permanece na ativa, mesmo tendo direito à aposentadoria, ele aumenta a folha em 14,5 por pessoa. Então, no abono de permanência é esse o valor que agrega ao salário e cai sim, na parte que é de pessoal. Então, no final das contas, fica restrito novamente ao orçamento em razão do abono de permanência daqueles que preferem continuar. Daqui a três anos, como bem disse o deputado Jorge Everton, a turma maior, que é de 790 policiais, tem direito a aposentar. Certo, deputado? Nisso, a gente já prevê uma necessidade de fazer um concurso público, tudo está sendo estudado. Nós necessitamos que esse concurso seja encerrado para que nós possamos traçar metas para fazer um novo concurso da Polícia Civil, que em 3 anos, é o suficiente para nós contrarmos a banca, quando iniciarmos todos os procedimentos para daqui há 4 anos, quando todos estiverem aposentados, possamos contratar, gradativamente, à medida que concede a aposentadoria. Na semana passada, a Polícia Civil de Santa Catarina fez um edital, paulatinamente, de contratação de 200 pessoas/ano, que eu acho que vai ser, mais ou menos, a nossa estratégia para as contratações. Isso tudo, dependente, realmente, de nós traçarmos a estratégia, mostrar os dados ao governador e ele, com a decisão que é dele, de ninguém mais, dar esses próximos passos. Nós temos um curso de formação de 6 meses, precisamos colocar isso na ponta do lápis, desse tempo. O custo desse curso de formação que também infla a folha de pagamento, porque tem que pagar a bolsa aos alunos, quando tem que pagar hora extra para os policiais que estão a serviço do curso de formação ou outro tipo de contratação. Tudo isso, nós temos que fazer um grande cálculo novamente. O momento é outro, os números são outros, então nós temos que apresentar conjuntamente, ao governador, tanto a contratação no cadastro reserva, quanto de um novo concurso, com novo edital. Não que ele seja desconhecedor, todos esses dados já foram mostrados a ele, antes, em razão da aproximação da aposentadoria dos policiais civis da primeira turma. Então, eu acredito que agora, em razão do momento político, do cenário, nós precisamos reafirmar essa necessidade, mostrar a ele a estratégia de saída, que não impacte ou impacte minimamente a folha e o orçamento do estado. E, é claro, contar com a Seplan para que nós possamos encontrar a saída mais adequada e equilibrada para o estado de Roraima, pois não adianta nós fazermos uma contratação e desequilibrar o restante. O estado é um só, nós somos uma equipe que pensa isso, a equipe do governo pensa isso, no equilíbrio das contas públicas, para que nós tenhamos um cenário favorável e positivo para o pagamento de todos os servidores efetivos a médio e longo prazo. Então, tenham em mim o meu compromisso, a minha palavra, que vamos tentar todas as estratégias possíveis para que o cadastro reserva seja chamado e, logo em seguida, a gente comece a tratar do novo concurso da Polícia Civil. Eu estarei presente, logo que se confirmar a reunião com o secretário Flamarion.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Futuros policiais, eu quero dizer para vocês uma coisa: eu, Dr. Jimmy, Dr. Luciano, Dr. Rafael, Dra. Darlinda e os colegas deputados estaduais que fazem parte dessa comissão, nós vamos nos esforçar para tentar uma audiência com o Flamarion amanhã, e no mais tardar quarta-feira, para convenceremos o mesmo a marcar uma audiência com o governador. E, os doutores, a Darlinda, Luciano, Rafael vamos convencer o governador, tecnicamente, que precisa fazer esse chamamento. Tenho certeza, não se preocupem que as coisas darão certo, vamos pensar positivo e como disse a doutora Darlinda, no pronunciamento dela, que a hora exata para chegar com o governador é agora. Tudo é no tempo de Deus.

Senhor Deputado **Jorge Everton** – De forma muito respeitosa, a minha colega delegada Darlinda, ela está na posição de gestora, de delegada-geral, representando a palavra do governador e entendendo tudo que ela falou, mas ela sabe que nós já fizemos um estudo e apresentamos até a forma adequada de sanar essa questão dos gastos com o abono permanência. Isso é simples! Na

lei, que fizemos a promoção da classe inicial, do último concurso, abrindo vagas para novas nomeações, na mesma lei, colocamos um artigo, proibindo o abono de permanência ou deixando a cargo da Administração essa decisão, de acordo com a condição financeira. Foi apresentada essa proposta, uma proposta que atende e contempla os que estão, atualmente, com cadastro reserva e novas vagas surgirem, seja para aproveitamento em caso de não ser eliminado, tem que ver se realmente não estão eliminados, porque se tiver eliminado não tem o que fazer, é um novo concurso. Mas, se ainda houver alguma oportunidade de chamamento, eu acho que poderia aproveitar porque esse tempo hábil não vai ser tão simples, em 3 a 4 anos, a gente ter uma nova posse. Pela experiência que a gente tem vivido na Polícia Civil, as dificuldades que a gente tem vivido é muito complexo porque daqui que contrate, daqui que lance edital, daqui que haja o concurso, todos os prazos recursais, toda a academia, a gente sabe que um concurso desses demora, no mínimo 3 anos. Então, eu me preocupo, até mesmo porque a necessidade é iminente, ela é urgente! É só observar! Nós vamos causar uma fadiga nos novos policiais do último concurso e vão começar os atestados médicos. Vai começar uma série de dificuldades e de doenças geradas pelo excesso de trabalho, de acúmulo de serviço em virtude da inércia da Administração. Então, eu gostaria de deixar registrado isso, não poderia é deixar de falar e que é urgente e que nós possamos resolver esse problema. Estou à disposição.

O Senhor Presidente **Gabriel Picanço** – Obrigado, deputado Jorge, nosso querido amigo delegado. E, não tendo mais nada a ser tratado, dou por encerrada a presente reunião e já convoco e convido a doutora Darlinda, o Rafael, Dr. Jimmy, Dr. Luciano para a gente convencer o Flamarion para o governador abrir uma agenda para conversamos. Obrigado, gente, bom dia a todos.

Participaram da reunião os senhores deputados membros: **Gabriel Picanço, Jorge Everton** (on-line).

Deputado Estadual Gabriel Picanço
Presidente da CESP – AP nº 012/2024 – ALERR

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Plano de Contratações Anual

Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

ALERR

PCA - 2025

Versão 1 – Revisão 2025



OBJETIVO

O Plano de Contratações Anual (PCA) é um instrumento de planejamento estratégico que visa organizar e otimizar as contratações públicas no âmbito da administração pública federal, estadual e municipal. Tem como objetivo principal alinhar as contratações com o planejamento estratégico da organização, garantindo maior eficiência, transparência e economicidade nos processos licitatórios



2

PCA - 2025 Estimativa



Descrições dos Quantitativos de Bens e Serviços

Estimativa de Contratações - Bens

CATEGORIA	RUBRICA	DESCRIÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR(ES) (R\$)
BENS	339030	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO	Combustíveis, Lubrificantes Automotivos, Gás Engarrafado, Gêneros de Alimentação, Utensílios de Escritório e Material de Expediente, Material de Copa e Cozinha, Material para Manutenção de Bens Imóveis, Material para Manutenção de Bens Móveis, Material para Manutenção de Veículos, Outros Materiais de Consumo.	4.110.000,00
	449052	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	Aparelhos e Utensílios Domésticos	777.000,02
	339031	PREMIACOES CULTUR.ARTIST.CIENT.DESPORT.E OUTROS	Premiações Culturais, Artísticas, Científicos de Esporte e Outros	207.000,00
TOTAL DE BENS (R\$)				5.094.000,02

3

PCA - 2025
Estimativa



Descrições dos Quantitativos de Bens e Serviços

Estimativa de Contratações - Serviços

CATEGORIA	RUBRICA	DESCRIÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR(ES) (R\$)
SERVIÇOS	339033	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOCAO	Passagens Aéreas	3.189.000,00
	339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	Serviços de Consultoria	52.000,00
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PF	Locação de Imóveis	3.167.000,00
	339037	LOCAAO DE MAO DE OBRA	Serviços de Limpeza e Higienização	7.221.000,00
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	Locação de imóveis; serviços técnicos profissionais; aquisição e licenciamento de softwares de aplicação; hospedagens; fornecimento de alimentação; serviços de áudio, vídeo e foto; serviços de água e esgoto; limpeza e higienização; serviços bancários; locação de automóveis; locação de aeronaves; locação de máquinas e equipamentos; treinamento e capacitação de pessoal; serviço de locação de máquinas xerográficas e reprográficas; serviços de limpeza, abastecimento, etc.	121.311.535,05
	339040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICAO - PJ	Locação de softwares; serviços de telefonia móvel; serviços de telefonia fixa; serviços de infraestrutura e comunicação de dados e redes; digitalização; outros serviços tecnológicos de informática - PJ.	6.110.000,00
	449051	OBRAS E INSTALACOES	Serviços de Obras e Instalações.	125.000,00
VALOR TOTAL DE SERVIÇOS (R\$)				141.175.535,05

4

PCA - 2025



ESTRUTURA
ADMINISTRATIVA

- Superintendência Geral.
- Superintendência Administrativa.
- Superintendência de Logística e Gestão Patrimonial.
- Superintendência Financeira.
- Superintendência de Comunicação.
- Superintendência Legislativa.
- Superintendência de Planejamento e Orçamento.
- Superintendência de Programas Especiais.
- Superintendência de Pesquisa, Inovação, Tecnologia da Informação e Comunicação.
- Procuradoria Geral.
- Controladoria Geral.
- Superintendência de Compras.
- Superintendência de Gestão de Pessoas.
- Superintendência de Saúde e Medicina Ocupacional.
- Gabinetes.
- Demais Superintendências.

6

PCA - 2025



FUNDAMENTAÇÃO

LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021.
Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 001/2024.
Estabelece, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 01 abril de 2021.

METODOLOGIA

- 1.As áreas requisitantes da ALERR encaminharão o Documento de Formalização de Demanda (DFD) à Superintendência Geral, até 1º de julho;
- 2.Após o recebimento dos Documentos de Formalização de Demanda, a Superintendência Geral encaminhará os DFD à Superintendência Administrativa para que esta faça a análise e consolidação, e assim finalizar o Plano de Contratações Anual (PCA);
- 3.Consolidação do PCA pela Superintendência Administrativa com o auxílio da Superintendência de Planejamento e Orçamento, até 15 de agosto;
- 4.Aprovação do PCA pela Superintendência Geral, até 30/08.

5

Plano de Contratações Anual - PCA
2025



Versão 1 - Revisão 2025

APROVADO POR:
Orlando Vagno de Jesus Santos - Superintendente Geral

ELABORADO POR:
Janderson Junho dos Reis Barbosa - Superintendente Administrativo

7

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº 7582/2025-SGP
A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, RETIFICA - na seção Atos Administrativos referente à Resolução nº 7582/2025-SGP, publicada no Diário da Assembleia Legislativa, edição nº 4483 de 02 de setembro de 2025, devido à incorreção no período de usufruto das férias do servidor (a) a ser sanado (a).

Onde se lê:

Art. 1º Conceder férias ao(a) servidor(a) ISABELLA FERREIRA DIMARAIS, matrícula nº 31824, para usufruto no período de 22/09/2025 a 06/10/2025, referente ao exercício de 2025.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se:

Art. 1º Conceder férias ao(a) servidor(a) ISABELLA FERREIRA DIMARAIS, matrícula nº 31824, para usufruto no período de 01/08/2025 a 30/08/2025, referente ao exercício de 2025.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a contar de 02/09/2025.
Palácio Antônio Martins, 09 de outubro de 2025.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 8095/2025-SGP
A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ISABELLA FERREIRA DIMARAIS, matrícula: 31824, CPF: *.277.302-**, do Cargo Comissionado de MD-V Assistente Parlamentar Administrativo, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 015/2024, de 18 de dezembro de 2024, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 4324, de 02 de janeiro de 2025.**

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 31 de agosto de 2025.

Boa Vista, 09 de outubro de 2025.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 8096/2025-SGP
A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o(a) servidor(a) MARIO DA SILVA JUNIOR, matrícula: 14595, CPF: *.549.822-**, dispensa do serviço nos dias 19/09/2025 e 22/09/2025 a 26/09/2025, com base no artigo 98, da Lei 9.504/97, referente aos 06 dias de serviços prestados à Justiça Eleitoral, conforme o Processo nº 658/2025.**

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 19 de setembro de 2025.

Boa Vista RR, 09 de outubro de 2025.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 29362



SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

ERRATA AO RESULTADO FINAL
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 02/2025
A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO RORAIMA por intermédio do Superintendente de Compras, regularmente designado pela Resolução Nº 2143/2024- SGP, de 10 de abril de 2024, torna público a **RETIFICAÇÃO** do Resultado Final da licitação **ADJUDICADA e HOMOLOGADA** do Pregão supracitado, oriundo do **PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 41/2025, publicado no Diário da ALE/RR, em 08 de outubro de 2025, Edição Nº 4509, página 03, conforme segue:**

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, para atender as demandas da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima/RR.

ONDE LÊ-SE:

LOTE 3	VENCEDOR	VALOR TOTAL (R\$)
ITEM 6	DATEN TECNOLOGIA LTDA CNPJ 04.602.789/0001-01	R\$ 351.000,00
ITEM 7	GSM PRIME SERVIÇOS E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA - CNPJ 43.397.210/0001-78	R\$ 472.191,00
VALOR TOTAL ADJUDICADO		R\$ 823.191,00

LEIA-SE:

LOTE 3	VENCEDOR	VALOR TOTAL (R\$)
ITEM 6	DATEN TECNOLOGIA LTDA CNPJ 04.602.789/0001-01	R\$ 351.000,00
ITEM 7	GSM PRIME SERVIÇOS E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA - CNPJ 43.397.210/0001-78	R\$ 121.191,00
VALOR TOTAL ADJUDICADO		R\$ 472.191,00

Boa Vista, 09 de outubro de 2025.

Charles de Oliveira Parente
Superintendente de Compras
Mat. 18.771
(Resolução Nº. 2143/2024-SGP)

